NOME FANTASIA: SASF Cidade Dutra II

TIPOLOGIA: Serviço Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio

Nº PROCESSO DE CELEBRAÇÃO: 6024.2018/0010247-7

Nº TERMO DE COLABORAÇÃO: 212/SMADS/2018

NOME DO GESTOR DA PARCERIA: Débora Pinheiro Rebouças

R.F. DO GESTOR DA PARCERIA: 635.680.0

DATA PUBLICAÇÃO NO DOC DA DESIGNAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA: 30/01/2018

PERÍODO DO RELATÓRIO: Jul 2018 à Dez 2018

Após análise do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA, descrita na inicial, nos termos do artigo 131 da Instrução Normativa 03/SMADS/2018, esta Comissão de Monitoramento e Avaliação instituida conforme publicação no DOC de . 30/01/2018, delibera pela: APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

São Paulo, 22 de março de 2019

Comissão de Avaliação e Monitoramento: Gerson Alves de Souza

Comissão de Avaliação e Monitoramento: Angela Gonçalves Marques

Comissão de Avaliação e Monitoramento Eliane Machado

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 66/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS – CRI DO PRÓXIMO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, DAS 09H00 ÀS 12H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 67/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS – CRI DO PRÓXIMO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, DAS 13H00 ÀS 16H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 69/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLITICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS – CPP NO PROXIMO DIA 28 DE MARÇO DE 2019, DAS 09H00 ÀS 12H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 70/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO FLUXO DE DENÚNCIAS DO COMAS/SP – GT DENÚNCIAS, NO PROXIMO DIA 28 DE MARÇO DE 2019, DAS 13H30 ÀS 17H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 72/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS - CMCDC NO PROXIMO DIA 29 DE MARÇO DE 2019, DAS 09H00 ÀS 12H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 73/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR AMPLIADO – CDA NO PRÓXIMO DIA 29 DE MARÇO DE 2019, DAS 09H30 ÀS 12H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS – SP

COMUNICADO COMAS-SP Nº 71/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E; COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, COMUNICA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO COMAS-SP, DO PROXIMO DIA 29 DE MARÇO DE 2019, DAS 14H00 ÀS 17H00, NA SEDE DO CONSELHO, SITO À PRAÇA ANTÔNIO PRADO, Nº33, 12º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP.

DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI

Presidenta – COMAS/SP

LICENCIAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2019-1-053

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR

2016-0.220.131-1 FELIPE ANTONIAZZI PRIOR

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2016-0.279.007-4 FRANCISCO MARSICANO GUEDES

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2017-0.103.179-1 RICARDO SERGIO DE OLIVEIRA SCHMIDT

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2017-0.106.296-4 FRANCISCO EDUARDO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2017-0.168.095-1 PASCHOAL BRAGA

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2017-0.182.349-3 DJALMA CESAR DE OLIVEIRA

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.022.154-8 RAFAEL DE AQUINO ZAMPINI

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.080.028-9 FRANCISCO EDUARDO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.114.943-3 RAFAEL RODRIGO AMARO

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.115.506-9 JULIANA NAVILLI ZENI

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.116.183-2 RONALDO SEIJI YAMADA

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2018-0.125.174-2 GUSTAVO VARGAS DE ASSIS

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2019-0.005.202-0 ALBERTO NADDEO JUNIOR

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2019-0.005.469-4 ENILSON BISERRA PIRES

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2019-0.006.421-5 JULIO FLAVIO VILELA LAMOUNIER

HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405

2018-0.032.407-0 CONDOMINIO EDIFICIO SARITA

CONFORME CARTA

2018-0.124.104-6 BANCO BRADESCO S/A

CONFORME CARTA

EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS OU; 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO (ANISTIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

GABINETE DO SECRETARIO

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.1994/0052234-7	0001008701157-1 6	BEGOLDI S/A. COM. PART. E ADM.
0000.2003/1019031-9	0015924100421-1 2	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR
0000.2003/1022034-0	0000901706450-1 1	JOSE ARAUJO HENRIQUES
0000.2003/1025959-9	0003220000088-1 1	MONTE SANTO ESPORTES LTDA
0000.2004/1013217-5	0008735000368-1 1	CIA MONTE SERRAT DE ADMINISTRACAO COM E CONSTRUCAO

COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SMUL/RESID

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.2011/0341542-1	0002009300270-1 3	RUBENS ANTONIO TIBURSKI
0000.2017/0081694-9	0012009700251-1 1	DEBORA SILVEIRA CARVALHO
0000.2019/0010680-5	0008717200512-1 4	SIDNEY JOSE GERALDO
0000.2018/0124136-4	0004201306127-1 3	SEI CHACARA KLABIN EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL -SMUL/SERVIN

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.2011/0197903-4	0003005400549-1 2	VILA FLOR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
0000.2015/0208430-5	0003300601762-1 16	SERRANO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
0000.2016/0074338-9	0001305501195-1 3	FEDERACAO EMPRG NO COMERCIO DO ESTADO DE SAO PAULO
0000.2017/0056927-5	0003305300013-1 16	ANDERCO-CONSTRUCOES LTDA
0000.2015/0206376-6	0009801300032-1 14	ADP BRASIL LTDA

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL -SMUL/COMIN

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.2009/0003686-5	0006714200552-1 14	LUCIANA FERRAZ DAL LAGO
0000.2018/0110813-3	0004315300012-1 13	JUREMA GARCIA RODRIGUES
0000.2018/0101902-5	0007000400250-1 3	PASQUALE GALATRO
0000.2018/0092494-8	0011826100392-1 34	ITAU UNIBANCO S/A
0000.2018/0029661-0	6383580438260-2 1	FABIO GOZZI IMOVEIS EIRELI
0000.2011/0108318-9	6383580266205-2 1	NEUSA VAREDA PINHEIRO
0000.2014/0235311-8	0013600900173-1 1	ENGEMATEX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.2005/0021040-0	0015002000010-1 1	CIA COMERCIAL AGRIC INDUSTRIAL GRAMA
0000.2018/0114701-5	0030507600581-1 3	THOPGAN EMPREENDIM.IMOBILIARI.E PARTICIPACOES LTDA
0000.2019/0005313-2	0005621100141-1 1	WALDNEI VENDES LOPES
0000.2018/0123843-6	0014510200071-1 1	CHAO ADMINISTRACAO PARTIPACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
0000.2018/0057106-9	0007524001592-1 2	AURELIO BELARMINO BARBOSA
0000.2018/0069583-3	0011307100139-1 1	WAGNER ANDRE VILLARDI
0000.2018/0069583-3	0011307100139-1 1	WAGNER ANDRE VILLARDI
0000.2018/0022557-8	0006800200417-1 1	IMPACTO CONSTRUCOES LTDA

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO -SMUL/SEGUR

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
0000.2008/0373846-0	0002009510712-1 7	BANCO ITAU S/A
0000.2016/0238558-7	0012416100091-1 16	WEENER BRASIL INDUSTRIA E COM. DE EMBALAGENS PLAST
0000.2017/0103408-1	0000907904882-1 6	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
0000.2018/0027403-0	0010516000127-1 33	SIEMENS LTDA
0000.2019/0017170-4	0030607901877-1 288	A.S. PMU PRODUCOES DE EVENTOS LTDA.
0000.2019/0016464-3	0002111700023-1 17	ASSOCIACAO LATINO AMERICANA DE ARTE E CULTURA-ALAC
0000.2019/0016232-2	2450719999999-2 1	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC
0000.2019/0016226-8	1153999999999-2 1	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC
0000.2019/0015816-3	0007328400021-1 268	RIO FEIRAS E CONGRESSOS LTDA-ME
0000.2019/0013164-8	0003614400034-1 30	MALOCA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
0000.2019/0008376-7	0002704400687-1 16	ITAU UNIBANCO S/A
0000.2019/0008004-0	0001401500617-1 3	CLARO S.A.
0000.2018/0125468-7	0000050530084-2 1	CONDOMINIO EDIFICIO NOVA ERA
0000.2018/0114737-6	0008731300790-1 122	INSTITUTO ALFA DE CULTURA
0000.2018/0113882-2	0006215702064-1 1	RESIN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.
0000.2018/0109097-8	0000108101371-1 7	ARY GERON
0000.2017/0176528-0	0000600302016-1 8	AUTO POSTO AZZOLINI LTDA
0000.2017/0151638-8	0018723500785-1 1	CLARO S/A
0000.2016/0270839-4	0002503503561-1 8	RAINER NASRALLAH
0000.2015/0247536-3	0011135800327-1 8	COMUNIDADE DA GRACA EM ERMELINO MATARAZZO
0000.2015/0038607-0	0001305000382-1 6	PRIMEIRAMAO DIVULGACOES EMPRESARIAIS LTDA
0000.2010/0096409-0	0017128900011-1 13	MOSTEIRO DE SAO GERALDO DE SAO PAULO
0000.2013/0343843-3	0003702104895-1 13	PORTO SAID ADM DE BENS LTDA

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI COMUNIQUE-SE: LISTA 225

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

6068.2018/0002779-3 - Pagamentos: ressarcimentos

Interessados: USP - INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS (63.025.530/0004-57)

COMUNIQUE-SE: (Conforme manifestado pela Assessoria Técnica de SMUL, para análise do atual pedido de restitução, faz-se necessário que tenha havido prévio despacho de deferimento de pedido de isenção das taxas em questão. Do exposto, solicitamos juntar cópia dos eventuais despachos de deferimento ou números dos processos que trataram do assunto)

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI COMUNIQUE-SE: LISTA 226

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

6068.2019/0000797-2 - Declaração de Transferência do Direito de Construir

Interessados: CENTRO COMERCIAL GRANDES GALERIAS CNPJ: 54.001.193/0001-24

Considerando o previsto pelo artigo 5º do Decreto nº 57.536/16, o interessado deverá apresentar:

1. Cópia da notificação ou recibo do IPTU do imóvel do exercicio atual;

2. Ata da assembleia de aprovação unânime de todos os coproprietários quanto à solicitação da emissão de Declaração de Potencial Construtivo Passivel de Transferência.

Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste no D.O.C. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-3

SEGUR-DLR

COMUNIQUE-SE

2019-0.016.260-8- INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL, FICA o responsável pelo evento: CORRIDA E CAMINHADA PELA INCLUSÃO a ser realizado no dia 31/03/19 na Pça Charles Miller -Pacaembú comunicado a apresentar os documentos necessários para a obtenção do Alvará de Autorização para evento temporário e guia de recolhimneto de preço público, conforme carta anexada ao processo e enviada por email, no prazo de cinco dias.

SUPERVISÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CAP-DPD

2014-0.086.399-2 – MARILIA MARTON

NOTIFICAÇÃO-PROCESSO INDEFERIDO

*Solicitamos o comparecimento do interessado nesta Unidade, sito à Rua São Bento nº405, 8º andar - sala 83B, Centro - São Paulo, no horário das 9:00 as 17:00 horas, para acertar pendências de pagamento, com vencimento de trinta dias corridos a partir da data desta publicação.

*Não comparecendo dentro do prazo, o mesmo será encaminhado aos órgãos competentes para INSCRIÇÃO DA DIVIDA.

2016-0.159.297-0 – MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO

NOTIFICAÇÃO-PROCESSO INDEFERIDO

*Solicitamos o comparecimento do interessado nesta Unidade, sito à Rua São Bento nº405, 8º andar - sala 83B, Centro - São Paulo, no horário das 9:00 as 17:00 horas, para acertar pendências de pagamento, com vencimento de trinta dias corridos a partir da data desta publicação.

*Não comparecendo dentro do prazo, o mesmo será encaminhado aos órgãos competentes para INSCRIÇÃO DA DIVIDA.

2005-0.326.599-0 – VIVO S.A

NOTIFICAÇÃO-PROCESSO INDEFERIDO

*Solicitamos o comparecimento do interessado nesta Unidade, sito à Rua São Bento nº405, 8º andar - sala 83B, Centro - São Paulo, no horário das 9:00 as 17:00 horas, para acertar pendências de pagamento, com vencimento de trinta dias corridos a partir da data desta publicação.

*Não comparecendo dentro do prazo, o mesmo será encaminhado aos órgãos competentes para INSCRIÇÃO DA DIVIDA.

2004-0.261.249-0 – NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA

NOTIFICAÇÃO-PROCESSO INDEFERIDO

*Solicitamos o comparecimento do interessado nesta Unidade, sito à Rua São Bento nº405, 8º andar - sala 83B, Centro - São Paulo, no horário das 9:00 as 17:00 horas, para acertar pendências de pagamento, com vencimento de trinta dias corridos a partir da data desta publicação.

*Não comparecendo dentro do prazo, o mesmo será encaminhado aos órgãos competentes para INSCRIÇÃO DA DIVIDA.

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

7ª GESTÃO 2018/2020

Data da Reunião: **13 de fevereiro de 2019**

Local: Rua Libero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano 2019, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os membros (as): Conselheiros (as) presentes João Farias (Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB), Alexsandro Peixe Campos (COHAB), Juliana Jacometto Marchi (COHAB-SP), Roseli Magalhães Cunha (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL) , José Eduardo Villela Santos (SIURB), Wilson Cabral da Silva (Secretaria Municipal da Fazenda – SF), Maria Isabel Rodrigues Paulino (PROCENTRO), Luis Octavio da Silva (PROCENTRO), Fernando Augusto Marques Cera (Caixa Econômica Federal – CEF), Manoel dos Santos Almeida (MDF – Movimento de Defesa do Favelado – Região Episcopal Belém), Mônica Fátima Ziliani (Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra Oeste – Residencial City Jaraguá), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG Centro de Promoção Resgate e Cidadania Grajaú-Paulo VI), Tereza Lara (Movimento Populares/Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Muita Dignidade), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jardim Manacá da Serra e Adjacências), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), João Bosco da Costa (ADOCC-SP Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo), Maria Esther de Sousa (UMVASA União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências), Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEOP-Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Janaina Nascimento (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), José Carlos Espirito Santo Murilo (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Maria Fernanda Ávila de Sousa da Silveira (CAU-SP Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), Violeta Saldanha Kubrusly (CAU-SP Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB – SP – Instituto de Arquitetura do Brasil Departamento São Paulo), Lucas Daniel Ferreira (IAB – SP – Instituto de Arquitetura do Brasil Departamento São Paulo), Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Paulo Emílio Buarque Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalho para Ambiente Habitado), Ausentes os (as) conselheiros (as): Aloísio Barbosa Pinheiro (Secretaria Municipal de Habitação-SEHAB), Arlete dos Anjos Grespan (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento-SMUL), Regina Helena Nader (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento-SMUL), Regina Maria Martins Mesquita (Secretaria Municipal de Gestão – SG), Yara Cunha Costa (SP Urbanismo), Leonardo Amaral Castro (SP Urbanismo), Ilzangela Keila de Almeida Rex Lampariello (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB), Mariza Alves Figueiredo (Secretaria Municipal da Fazenda), Bruna Fábio Antunes (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE), Tamara F. Burg (Conselheira Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE), Fábio C. Sola (Conselheiro Caixa Econômica Federal – CEF),Jeremias das Neves (Movimento dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Felicia Mendes Dias (Conselheira Associação Morar e Preservar Chácara do Conde – Fase I), Sheila Cristiane Santos Nobre (Conselheira Associação de Moradia do Parque Otero), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Movimentos Populares/ Associação Movimento Sem Teto do Centro), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Eliude Nicolau Araújo (Movimento pelo Direito e Moradia – MDM), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo – ADOCC-SP), Samira de Jesus Barbosa de Souza (UMVASA- União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências), Mara Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo CTB-SP), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo CTB--SP), João Batista Gomes (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SP), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAU – SP), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), Rosa Maria Eiras (Ordem dos Advogados do Brasil AOB-SP), Cláudio Alexandre Sena Rei (Ordem dos Advogados do Brasil AOB-SP), Adekke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, Alexandre Marques Tirelli (SCIESP – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Elcio Sigolo (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Carolina Rafaela Ferreira (SECOVI-SP-Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo), Márcio Jeah Chede (SECOVI- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo), Mariana Estevão de Souza Moraes (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo-SASP), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo-SASP), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Ausências Justificadas Conselheiros (as): Silvia de Mesquita Rodrigues de Freitas (Secretaria Municipal de Habitação-SEHAB), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Débora Andrade Silva (SCIESP-Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie). Presentes os (as) senhores (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB), Antônio Marsura (SEHAB), Denise Lopes de Souza (DEPLAN/SEHAB), Fernando Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Irene Alice A Suguiyama(SEHAB-DAF/DIF), Reinaldo Iapequino (COHAB-SP). Outras onze pessoas assinaram a lista de presença. Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-7ª Gestão realizada em 13/12/2018. 2)Apresentação pelo Departamento de Planejamento – DEPLAN- da SEHAB – dos levantamentos realizados junto ao sistema HABITASAMPA, com vistas a resgatar os dados cadastrais do sistema do exercicio de 2015 e possíveis alterações realizadas após aquela data. Esta sessão extraordinária com esse item da pauta visa atender a deliberação do Conselho Pleno na 3ª Reunião Ordinária realizada em 13/12/2018. Inicio da Reunião: o Sr. João Farias - Boa tarde a todos, queria agradecer a presença de todos conselheiros para esta reunião. Como para a maioria absoluta sou uma cara nova aqui, então rapidamente até para que as pessoas me conheçam, porque nós vamos com certeza nos vermos muito no próximo período, meu nome é João Farias, sou atualmente Secretário Adjunto da Habitação, substituindo o Aloisio, que agora é novo Secretário Municipal de Habitação. Sou nascido e criado aqui na cidade de São Paulo, na região do Campo Limpo, no Jardim Maria Sampaio, mas no ano de 2000 fui para cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, aonde fui vereador em dois mandatos, Presidente da Câmara, Secretário Municipal de Habitação também naquela cidade, e estava como Secretário Municipal de Esportes de São Paulo até a semana passada. E ai a convite do Prefeito Bruno viemos para a Secretaria da Habitação ajudar o Aloisio tocar esta Pasta tão importante. Queria agradecer a presença do Secretário Executivo da Habitação do Estado, o Fernando Marangoni, que está aqui conosco, em breve também fará parte do Conselho, mas já está aqui hoje prestigiando. O nosso Presidente da COHAB, o Alex. E dizer a vocês que esperamos que possamos ter aqui muitas e muitas reuniões produtivas e que possam contribuir para o fortalecimento e principalmente o fomento da habitação popular na nossa cidade. A nossa pauta hoje, agora sim podemos apagar a luz para podermos olhar com melhor precisão a tela. Nós temos que aprovar a ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal realizada no dia 13 de dezembro de 2018, que imagino que todos já devam já ter recebido. Então nosso primeiro item de pauta seria esse, e ai abro para caso alguém queira fazer algum questionamento, alguma observação em relação ao primeiro item. Alguém tem alguma observação? Alguém gostaria de fazer algum comentário? Tudo ok? Posso colocar em aprovação? Então se todos estiverem de acordo, fazer na época que eu era vereador, permaneçam como

autoridade certificadora oficial
impresaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 23 de março de 2019 às 01:50:45.

estão. O segundo item da pauta é apresentação pelo DEPLAN, dos levantamentos realizados junto ao sistema HABITASAMPA, com vistas a resgatar os dados cadastrais do sistema do exercício de 2015 e possíveis alterações realizadas após aquela data. Esta sessão extraordinária com esse item da pauta visa atender a deliberação do Conselho Pleno na 3ª Reunião Ordinária realizada em 13/12/2018, da qual nós inclusive acabamos de aprovar a ata. A Denise acabou de chegar, que é a nossa diretora do DEPLAN e que vai fazer a apresentação desse item. Sra. Denise - Esta apresentação, até para que o Secretário João consiga acompanhar o desenrolar disso, por que estamos nesta reunião extraordinária. Este Conselho Municipal de Habitação teve sua constituição renovada, assumida em agosto do ano passado, e logo de início a Secretaria Executiva recepcionou algumas solicitações de voto, uma delas em especial solicitando que uma determinada comunidade, a Quaresma Delgado, retornasse a ter seu vínculo de empreendimento publicado no HabitaSampa. E essa reunião trouxe uma questão bastante importante e delicada sobre a qual houve diversas discussões, discussões acaloradas, inclusive, eu apanhei bastante aqui na frente. E que ensejaram essa nova equipe a fazer um levantamento de uma situação que foi publicada em 2015, de um levantamento de 2014, onde nessa ocasião, que vamos historiar um pouquinho, havia uma destinação de empreendimentos habitacionais a diversas famílias que estavam cadastradas no HabitaSampa, e foi também colocada à disposição uma consulta no HabitaSampa, que vamos mostrar a tela, inclusive que conseguimos resgatar, dessa destinação, e aí é o trabalho que estamos apresentando aqui, o mapeamento que chegamos até agora e a proposta de continuidade desse trabalho. E nesse meio tempo houve essa discussão dessa vinculação específica do Quaresma, e depois outros votos vieram também nesse mesmo sentido, de retomar a publicação das vinculações no HabitaSampa àquelas que estavam publicadas naquela data. Então retomamos esse histórico de 2015, então em 2015 foi disponibilizado no HabitaSampa a consulta do plano de reassentamento dos benificiários do auxílio aluguel e a demanda futura de reassentamento impactada pelas obras do PAC, encostas, drenagem, mobilidade e mananciais e outras intervenções previstas. Ou seja, o retrato da demanda por atendimento definitivo, da época, com indicação para empreendimento habitacional e viabilização de promoção pública e privada. Para essa apresentação indicamos a situação dos empreendimentos habitacionais naquele momento e a situação atual a fim de replanejarmos a vinculação da demanda, a partir de um novo retrato, que já vamos explicar qual é essa diferença. Então, em 2005 a imagem que se tinha da consulta dessa vinculação era essa, então, o cadastrado poderia entrar com seu CPF ou com o nome da intervenção, e ele teria pelo CPF, a busca pelo empreendimento para o qual ele estava destinado ou pela intervenção, tendo conseguido se localizar nessa demanda. Em 2015, a gestão tinha como programa de metas, a viabilização de 55 mil unidades habitacionais. A mesma gestão tinha também o monitoramento e toda a produção dessas unidades no município, o que reflete nesse mapa. Então essa apresentação, todos os conselheiros receberam previamente, então aqui estamos apresentando os detalhes. Aqui estão pontuados no mapa, por diversas cores, a situação dos empreendimentos, na época, em conclusão, em andamento, em licitação, em aprovação, em projeto, áreas em desapropriação ou processos de prospecção. Por quê? A meta que era viabilizar 55 mil unidades habitacionais, contava com planejamento futuro, que esse planejamento futuro se realizasse e foi feito esse estudo de vinculação da demanda, considerando todas essas questões. Então nós recuperamos nessa data de 2015, o histórico de quantidade de unidades habitacionais em cada estágio que está indicado por cores no mapa e o número de empreendimentos para os quais estávamos nos relacionando. Então tínhamos 185 mil unidades em diversos estágios, desde em andamento até em prospecção de terrenos para futura produção, e o número de empreendimentos vinculados. Aqui na verdade é só uma ampliação para melhor localização desses empreendimentos nas mesmas situações, concluídos, em andamento, em aprovação, isso sempre nessa data de 2015. Então nós fizemos essa ampliação nas várias áreas, pode ir passando essas áreas, na norte, no leste, sudeste, mananciais, também na região sul. Aí, o que se levantou também, desses empreendimentos todos da época programados, que davam as mesmas 185.000 unidades e os 543 empreendimentos, nós fizemos o levantamento de quantas unidades e quantos empreendimentos estavam relacionados por programa ou por vinculação de demanda ou vinculação de demanda aberta, dependendo do programa que dava o suporte orçamentário e financeiro para aquele empreendimento. Então nós tínhamos alguns empreendimentos conveniados com o CDHU, tínhamos várias unidades cujos terrenos ainda estavam em prospecção, tínhamos algumas já vinculadas ao programa mananciais, operações urbanas consorciadas, aqui são todas elas, tínhamos também determinado número de empreendimentos e o total de unidades. A grande parte desses empreendimentos estavam projetadas na operação urbana Água Espraiada, com aquele volume grande de desapropriações de áreas e projetos. Nós tínhamos determinados empreendimentos no Programa Minha Casa Minha Vida demanda aberta, vários também de demanda aberta, mas ligados ao FGTS, demanda de entidades, os FDS, demandas vinculadas ao PAC. Porque nesse período também, da definição dos empreendimentos, estavam em contratação diversos empreendimentos do PAC, tanto de drenagem, mobilidade, encosta, e mesmo os da própria Habitação, que exigiam um plano de reassentamento para viabilizar a contratação dos PAC, que iram dar os recursos para as obras. Então, também se trabalhava com projeções futuras de empreendimentos para ficarem na verdade vinculados a determinados empreendimentos do PAC. Minha Casa Minha Vida, FDS, PPP do Estado, nas próprias urbanizações, também. Então esse é o conjunto estratificado por tipo de intervenção, que na verdade se define pelo recurso, que está sendo aportado nos diversos programas a essas unidades. Onde é importante destacar que o que está em laranja, esse em prospecção não tinha ainda definição a curto, médio prazo de execução, mas esses que estão em laranja aqui, eles não têm condição de ter uma demanda vinculada que não seja a das próprias entidades e que não seja também do Promoção Privada. Agora, tirando esse conjunto que é o conjunto que não poderíamos estar considerando na conta das famílias que estavam no auxílio aluguel na época, também não foi considerado os critérios para seleção de demanda, porque desses conjuntos aqui, que teriam já essas demandas abertas e tal, só poderíamos considerar para indicação de quem estava na lista de auxílio aluguel, 50% das unidades desses empreendimentos, porque 50% dessas unidades devem, pela regra do programa, serem destinados aos inscritos naquele cadastro da COHAB para demanda aberta. Então fomos levantando essas questões para entendermos como é que foi feita essa vinculação. Então das 185 mil unidades, tirando aquelas que estavam em prospecção ou que estavam em estágio muito longe ou que não poderíamos ter contabilizado a totalidade das unidades para vincular às famílias do auxílio aluguel, as 185 mil unidades cairiam para 64 mil unidades em 259 empreendimentos, porque aqui já estão sendo consideradas 50% da possibilidade de unidades a serem indicadas para vinculação de demanda do auxílio aluguel. Aqui nós ampliamos de novo os mapeamentos regionalizados, que nessa apresentação fica um pouco difícil de enxergar, porque ele está longe um do outro, mas na apresentação que vocês têm, vocês podem até colocar o slide um próximo do outro e clicando nos dois, vocês conseguem entender. Dá para verificar a quantidade de empreendimentos que estavam considerados naquelas 185 mil unidades possíveis e caí, na verdade, para 64 mil unidades. Aí região por região conseguimos ir enxergando o que era possível ser considerado, mas na realidade com as regras, na verdade não é o que era possível, o que foi considerado e o que poderia ser possível de ser considerado. Então, houve também, não digo um equívoco, mas houve uma distorção em alguns conceitos e critérios nessa vinculação. Então para todas as áreas conseguimos fazer essa comparação. Agora vamos para a situação atual. Só lembrando, tínhamos uma meta de 55 mil unidades viabilizadas, numa meta, conseguimos identificar em 2014, 2015 um universo de 185 mil unidades possíveis e, na verdade, para possibilidade de vinculação 64 mil em diversos programas vinculados, o que também limita um pouco o direcionamento para famílias que estão no auxílio aluguel e que não estejam vinculadas a essas intervenções com financiamentos externos ou CDHU ou alguma área específica. Então estamos fazendo ainda esse levantamento. Em 2019 a meta é 25 mil unidades habitacionais entregues, então não mais viabilizadas, então o parâmetro de monitoramento da meta é outro, é um parâmetro agora de realização, e não de viabilização, para atendimento via aquisição ou via locação. Então, lembrando que nós temos aqui, hoje a situação atual, nós temos 66 mil unidades habitacionais em diversos estágios de execução, o que dá 270 empreendimentos, então a meta, como eu disse, são 25 mil unidades. Nós temos 18 mil unidades em obras, com 80 empreendimentos. Nós temos 1.000 unidades paralisadas, hoje em 2019, são sete empreendimentos. Nós temos obras contratadas, a iniciar em 2019, 480 unidades em dois empreendimentos. Obras a contratar com financiamento garantido, 3.200 unidades que são 17 empreendimentos. E nós temos aqui as previsões, então isso já é uma situação mais concreta e as nossas previsões que ainda usamos nos planejamentos futuros, porque não estão descartados. Em processos de contratação de financiamento, 11 mil unidades. O que é que é em processo de contratação de financiamento? São processos de chamamentos, por exemplo, do Minha Casa Minha Vida, que já tem chamamento feito, a área está viável, o projeto está já sendo desenvolvido pela empresa que ganhou o chamamento, porém depende ainda da aprovação, que não é mais Ministério, mas do Governo Federal, para continuidade dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Então, é uma previsão que aguardamos a definição da continuidade dos programas federais. Em projeto ou licitação, mas ainda sem financiamento, seis mil unidades; sem financiamento em condições de contratação, 4.800 unidades; sem financiamento e com pendências para contratação, 19 mil unidades. Ou seja, temos aqui um universo de possibilidades que não descartamos hoje, porque ele entra no planejamento, mas é um cenário que ainda depende de diversas situações concretas para acontecerem. E aí eles também estão identificados aqui, nessas diversas situações. Também encontramos a localização desses empreendimentos nas diversas áreas, também com a identificação do que está em obra, o que está parado, o que está sendo contratado, na região leste, sudeste, na região de mananciais, na região sul. E aí o que acontece aqui, fazendo da mesma forma como foi feita na apresentação da situação de 2015, em 2019 como é que enxergamos esse número de unidades dividido por programa. Então, temos 12 mil unidades em 42 empreendimentos, no Programa Minha Casa Minha Vida, demanda aberta; 22 mil unidades, 118 empreendimentos no Programa Minha Casa Minha Vida, demanda entidades; demanda vinculada ao PAC, 11 mil unidades, 35 empreendimentos; locação social, demanda aberta, à a demanda que seria destinada principalmente à população de rua, então não é uma demanda vinculada, é uma demanda aberta, porém com destinação, grande parte dessas unidades, para a população de rua; locação social, demanda vinculada, 511 unidades, 11 empreendimentos; as operações urbanas, 1.200; PPP, 8 mil unidades, nas urbanizações 8 mil unidades; e em prospecção 1.600. Então, é como detalhamos as 66 mil unidades que a vimos no quadro anterior, lembrando que tínhamos uma gama de unidades que ainda não se tinha concretização das ações com garantia de viabilização. Para o plano de vinculação que é justamente o que precisamos trabalhar agora, que é aquele plano de vinculação que foi disponibilizado em 2015, naquela situação de empreendimentos, agora, em 2019, com a atualização da situação dos empreendimentos e dos programas vinculados, é o que temos hoje para trabalhar e definir a vinculação, tanto de toda a demanda que está em auxílio aluguel, quanto das outras demandas dos programas vinculados. Então nós temos aqui, seis mil unidades para demanda aberta do Minha Casa Minha Vida, que na verdade limitava 50% para demanda de SEHAB e 50% para a demanda do cadastro da COHAB. Quando falamos Programa Minha Casa Minha Vida, demanda aberta, é aquele Minha Casa Minha Vida que não está vinculada a nenhuma obra do PAC, é isso. Demanda vinculada ao PAC, 11 mil unidades com 35 empreendimentos, esse aqui, ele tem estrita vinculação com a obra, ou de drenagem, ou de mobilidade, ou de encosta, ou da própria SEHAB, que recebeu o recurso do PAC, do investimento, e tem o seu assentamento garantido dentro do programa do PAC. A alocação social, demanda aberta, que são as mesmas unidades das operações urbanas, da PPP e de urbanização, ou seja, estamos aqui falando de um universo de possibilidade mais concreta de 36.174 unidades em 133 empreendimentos. Então vamos tendo um afunilamento de possibilidades. Aqui estão, a localização desses empreendimentos, então temos aqui por programa, onde eles estão, então tem uma concentração grande aqui no centro, principalmente do locação social. Aí também tem a identificação por região. E aqui é um comparativo visual entre o trabalho da vinculação de demanda de 2015, onde se contava com uma série de empreendimentos em diversos estágios de diversos programas e, hoje, a situação atual, também nos diversos programas e nos diversos estágios, na verdade programas, estágios ainda não está nesse mapa. E aqui, trazendo também a comparação entre as tabelas, a situação dos programas que foi na época do plano de vinculação, foram consideradas, daquelas 185 mil, tirando o que estavam em prospecção num estágio muito mais atrasado, seriam 64 mil unidades, das 185, o que seria mais factível de serem estudadas, as vinculações, e hoje temos essa situação de 36 mil unidades, dentre as 66 mil, que hoje estão em programação, mas que estão, parte delas, num estágio mais atrasado. Então com isso vemos uma grande diferença. Por quê? Uma coisa é você fazer um planejamento futuro de um determinado empreendimento, que alguns já estavam em estágio avançado e outros num estágio bem preliminar, inclusive de prospecção de terreno, e o que trás a realidade atual do levantamento e que essa é a projeção efetiva que está sendo monitorada mensalmente, dentro do programa de metas. Então, aquela apresentação que fizemos do programa de metas, que foi na reunião anterior, ela traz também o detalhamento dessas situações, se vocês lembram, aparecem vários estágios de situação de cada empreendimento. Então, são justamente esses estágios que se consolidam nessa totalidade de unidades aqui. Aí como eu comentei, nós estamos fazendo esse trabalho, nós temos um cronograma que estamos executando, desde dezembro, quando justamente essas questões foram colocadas pelo Conselho e nós tivemos que recuperar essa informação, então nós fizemos esse mapeamento, levantamento dos dados de empreendimentos nessas três quinzenas. Esse mapeamento, ele tem, atrelado a ele, todo um banco de dados de identificação de todos os empreendimentos e famílias que estavam vinculadas à época. Então aqui é só visual, mas temos todo esse levantamento. A consolidação dos dados sobre a demanda de atendimento habitacional definido, existente no período, que é aquilo que eu falei, todas as nossas diretorias sociais estão levantando, é esse trabalho que eles estão fazendo, toda a demanda existente por atendimento habitacional definitivo, em cada região da cidade, aquelas famílias que têm direito a atendimento definitivo. Então, eles estão consolidando todos esses dados, por região. Com esses dados consolidados, nós vamos fazer aqui, agora entrando na segunda quinzena de fevereiro até março, iniciando em abril, nós vamos fazer oficinas internas, com todas as diretorias regionais, a COHAB, a SEHAB, departamentos técnicos, também de licenciamento, para fazermos o estudo dessas vinculações para apresentar uma proposta do que hoje tem condição de ser proposto como vinculação. Lembrando, considerando na demanda aberta, que nós só podemos vincular 50%, e considerando todas as outras vinculações de programas específicos que têm suas demandas já dirigidas e que muitos dessas demandas estão, hoje, recebendo auxílio aluguel. Então, no auxílio aluguel, nós temos que estratificar todas aquelas que já estão indicadas para algum atendimento, por algum programa, e aquelas demandas que não estão, hoje, no auxílio aluguel, mas que já estão planejadas para determinados empreendimentos. Então, esse é um trabalho que ele tem que ser feito, por oficina, para que todas as discussões e todas as questões sejam levantadas e registradas e mapeadas. Propõe-se a finalização dos trabalhos aqui na segunda quinzena de abril para apresentação da proposta e aprovação no final de maio. Colocamos aqui um destaque, porque nós estamos com os servidores municipais em greve, principalmente nos setores de planejamento e nas de ações sociais, por conta da questão da proposta de alteração da nossa previdência, isso pode sofrer impacto, também. O que eu posso falar, é que as equipes se dedicaram nesse trabalho, foi um trabalho de levantamento de dados e que é minucioso e não podemos errar agora, e não podemos repetir uma vinculação, sem a certeza de estamos vinculando o programa certo na destinação certa, porque se não causamos uma expectativa que pode se frustrar no futuro. Estamos trazendo aqui, uma constatação, de um levantamento de informações e de dados, feita a partir do mapeamento que foi levantado, de 2015, e a situação atual. Então, nós vamos nos debruçar agora na situação atual de toda a demanda existente desde 2015 que por ventura não tenha sido atendida, ainda, até agora 2019, com os empreendimentos que nós temos e com a viabilidade dos empreendimentos que ainda não estão aqui, mas são aqueles que ainda estão em planejamento que dependem de recurso federal, da continuidade dos programas, para poder fazer a proposta de efetiva vinculação. Então, era isso, estou aberta a questões. Sr. João Farias - Obrigado, Denise. Vamos abrir, agora, aqui, uma rodada de intervenções. Pois não, Peixe. Sr. Alexsandro - Boa tarde. Obrigado pela presença de todos. Queria primeiro saudar nosso Secretário, João Farias, que está chegando agora, era nosso Secretário de Esportes, fez um brilhante trabalho lá, um executivo nato, e o João Farias fez um belo trabalho lá e vamos fazer juntos aqui também, mais pela habitação. Saudar aqui o Fernando que é nosso Secretário Adjunto lá do Estado, obrigado pela presença. Sr. João Farias - Obrigado, Peixe. Sr. Alexsandro - Ah, só mais um detalhe, desculpa, Secretário. Nós homologamos no sábado, a PPP, então saíram 13.180 unidades nesse primeiro lote, aí espalhados pela cidade inteira, graças a Deus em breve assinaremos os contratos e este ano ainda, mais tardar meio do ano, iniciamos as obras. Obrigado, Sr. João Farias – Deixa eu só tentar organizar as inscrições. Começando aqui, desculpa, seu Maria Fernanda, João Bosco, Rita, Miguel, Nunes, Sandro, José André. Sra. Maria Fernanda – Boa tarde, Denise eu só queria uma explicação com relação a essa análise paralela do resultado por programa, essa planilha não tem todas as mesmas em 2019, por exemplo, o convênio do CDHU está embutido aonde? Ou foi atualizado, ou foi entregue? Ele se encaixa em qual programa? Sra. Denise - Ela foi uma falha, tem que estar lá. Tem que estar lá, sim. Sra. Maria Fernanda – Quer dizer, mananciais também, as mesmas colunas, tudo bem, se teve alguma parte entregue já, desse convênio do CDHU. Sra. Denise - Não, não. É que é assim, O CDHU sim. O Mananciais, por enquanto não. Por quê? O CDHU, hoje, ele realmente faltou aqui, o CDHU está restrito a duas intervenções que corrigimos e reencaminhamos aos conselheiros. Ele tem Chácara do Conde, hoje, porque em 2015 vários CDHU já encerram, também. Então, nós temos hoje dois empreendimentos, Chácara do Conde e a finalização do Heliópolis, Sabesp 2. O Heliópolis, Sabesp 2, é a própria demanda do Heliópolis e o Chácara do Conde realmente está faltando aqui. Na questão dos mananciais, o que estava previsto, lá em 2015, eram produções de unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, vinculados ao programa de mananciais, porque o Programa Mananciais tinha o PAC vinculado. O PAC foi perdido, quer dizer, foram perdidos, os recursos federais foram cancelados em 2017, então esses empreendimentos previstos no Minha Casa Minha Vida, eles também não se viabilizaram. Sra. Maria Fernanda – Então é interessante só você manter, por exemplo, o convênio do CDHU, a realidade atual e os mananciais colocar o que aconteceu. Sra. Denise - Perfeito. Faremos esse ajuste e manda de novo. Sr. João Bosco - Boa tarde, sou João Bosco, parabéns Denise, tecnicamente muito bem apresentado, muito bem colocado, mas eu começo a ver uma preocupação grande, associando aquele período do Banco Nacional de Habitação, do BNH, de 64 a 86, nesses 22 anos se construiu 4 milhões e meio de moradias. No período de 86 a 2009, foi um período morto e me parece que nós estamos retornando a esse período, vivendo uma época muito parecida com isso, o período de 86 a 2009, no nascimento do Minha Casa Minha Vida. Isso é preocupante. Eu vejo com grande alegria que um Secretário Municipal, um Secretário Estadual, eu acho que é oportuno discutir. Aonde é que as pessoas vão morar? Quando é que vai sair moradia? O que tem de gente aqui com entidade selecionada, com entidade escolhida, com entidade que ganhou chamamento, e não sai nada, não anda, não acontece nada, será que compensa estarmos aqui, colegas? Só isso. Sra. Maria de Fátima –Secretário Adjunto sentimos falta do nosso Secretário estar aqui, Aloísio, pelo primeiro dia. Sr. João Farias – Só para justificar, Maria, ele está numa audiência do Ministério Público. Sra. Maria de Fátima – Estava em todos conosco, mas enfim. Denise, o que eu quero colocar, primeiro, é a demanda Quaresma Delgado, nós votamos que a demanda tinha 30 dias para inserir no sistema e também que eles iriam para um empreendimento que eles tinham destinado para eles que eles tinham saído. Então eu quero colocar isso que não estejam nesse ponto aqui. Essa parte aqui, era uma apresentação das outras demandas que ficou pendente que foi um prazo que vocês pediram para nós, de 90 dias, para que tivesse essa apresentação, que nós estamos tendo aqui, hoje. Então, só essa questão que eu queria levantar. Sr. Miguel - Primeiro, é uma surpresa para nós a questão de ainda colocar a questão do Quaresma Delgado, já foi decidido lá no ano passado, que vocês teriam 30 dias para reincluir, que dentro disto, cometeram o erro de colocar lá no Diário Oficial coisa que não falamos aqui, foram lá e escreveram que tiveram que rever novamente o erro que fizeram. Só quero deixar isso registrado aqui. Outra coisa, a informação é bem legal, é técnica, é legal, a apresentação, só que como você vai se basear numa informação, se me diz ali os dados de unidade que vai construir, ou que está previsto, mas nós também queremos saber qual é o número da demanda escrita, porque nós só conseguimos saber o déficit aqui, se nós soubermos qual é a demanda, o que vai ser construído, para nós sabermos o saldo. Quantas pessoas foram atendidas de 2015 até agora? Vocês não esclarecem isso para nós, precisamos saber. Porque só diz que em 2015 projetava 185 mil unidades e agora é só 66, mas nesse intervalo, ninguém foi atendido? Agora, recentemente, lá na zona leste, acho que foi inaugurado dois conjuntos, foi atendido pessoa. Então nós só vamos conseguir entender, e isso para mim, desculpa, mas eu entendo uma maquiagem, nós só vamos conseguir entender, se falar o número de pessoas que foi atendido, de 2015 até agora, o número que falta atender, o número de unidades que foi construído, e o que tem para construir. Isso é muito obscuro para nós. Só conseguimos fazer as contas e fechar a conta, se soubermos o que gastamos, o que tem para gastar e o que eu estou devendo. Então, o que gastou é o que foi atendido, o que tem que gastar é a demanda que tem, e o saldo é o que eu tenho em devedor que eu preciso saber. Sra. Denise - Secretário, se me permite já responder. Em nenhum momento coloquei a questão do Quaresma Delgado como uma nova definição, nesta reunião. Eu fiz apenas um histórico para que o Secretário, que esteja entrando agora, e os novos componentes, saibam o que motivou esse trabalho no ano passado. Então o Quaresma Delgado foi só uma citação de um voto que deu a motivação para que a precisássemos fazer esse levantamento. Então não é questão, aqui, do Quaresma. Sr. Miguel - Só uma pergunta. O Quaresma Delgado está resolvido, então, não é? Sra. Denise - O Quaresma Delgado foi o voto aprovado, aqui, no ano passado, e que não está sendo objeto dessa avaliação de hoje. Sr. Miguel - Mas para não ser objeto, tem que estar resolvido. Sra. Denise - Eu não vou responder isso porque o Conselho... Sr. Miguel - Precisa responder. Sra. Denise - Não, o Conselho aprovou a inclusão. Sr. Miguel - Se tiver terminado a questão do Quaresma Delgado, tem que estar respondido. Não pode estar fora da pauta se não estiver resolvido. Sra. Denise - Então, eu peço a compreensão dos senhores, eu só citei o Quaresma Delgado para ser o histórico que demandou esse trabalho. O Conselho já se pronunciou em relação ao voto. Então acho que está encerrada essa discussão. Em relação à apresentação, essa apresentação ainda não é conclusiva. O que ficou combinado, é que nesse dia de hoje, nesta reunião extraordinária, nós iríamos trazer o levantamento, o mapeamento e onde nós estamos no trabalho. Esse trabalho, ele vai ser apresentado em todas as próximas reuniões do Conselho que tiverem, vocês vão receber a apresentação no estágio em que estamos. Então, todo esse balanço da demanda atendida, da demanda que falta, da demanda vinculada a determinados projetos que têm vinculações por conta dos recursos, ele está aqui programado. Então, vão ser avaliações que vão ser feitas nesse período, com cada região da cidade, com as nossas demandas que estão levantadas pelo trabalho social e pelas regiões da cidade, e que vai ter uma conclusão. O trabalho de hoje é a apresentação do mapeamento, o mapeamento que se tinha de empreendimentos que deu causa a essa vinculação em 2015 e a situação atual de empreendimentos. Hoje, o combinado era esse e a proposta de apresentação do programa de trabalho que estamos fazendo e a viemos aqui, a cada reunião, até a finalização, apresentar o estágio que estamos no desenvolvimento. Sr. Nunes - Só pontuar aqui, algumas coisas sobre a apresentação e sobre também o desenrolar desta conversa toda, que acho que talvez tenha sido o assunto que mais discutimos aqui, nesta gestão do Conselho. Duas coisas, assim, Denise, primeiro, aí eu acho que corroborando um pouco com o que o Miguel falou, então, acho que fica a pergunta aqui, se não tiver nessa reunião, talvez para a próxima, não sei: Qual é a definição sobre o voto que fizemos em relação ao Quaresma Delgado? Qual é a resposta da SEHAB em relação à comunidade Quaresma Delgado? Teve um voto aqui, entendo eu que exige uma manifestação formal do município sobre isso. Ponto, acho que bem objetivamente, é isso. E, aí o outro é o seguinte, eu não sei, eu estou com a impressão, não sei se eu entendi mal, porque é assim, na minha concepção essa questão, ele foi levantado justamente pela comunidade Quaresma Delgado, se eu não estiver enganado, em setembro, outubro do ano passado, e na ocasião foi colocado por vocês, por você e pela Márcia, e tal, que precisaria desses noventa dias para apresentar uma resposta, apresentar uma resposta para isso. A resposta, na minha concepção, é assim, e aí o que vocês estavam pedindo, era o Quaresma Delgado, sim ou não, e qual era a situação das outras. E, aí, assim, o que se está trazendo, hoje, é, na verdade, entendi que vocês fizeram um inventário, na real, do que tem, de quais são os empreendimentos que tem, qual é a situação das obras, e tal, e um cronograma de quando vamos ter essa resposta. Então, na verdade, mesmo aqueles 90 dias, no meu entendimento, não estão sendo cumpridos, porque, o meu entendimento, é que, hoje, tudo isso já teria sido feito e já teria uma resposta conclusiva, que vocês estão prometendo para a segunda quinzena de maio, se a greve dos servidores não atrapalhar. Então, enfim, é só uma manifestação, aqui, de um certo inconformismo com esta apresentação, não foi isso que tinha sido prometido. Então, fico um pouco em dúvida qual é o nosso papel, aqui, então, e um pouco desconfiado se vamos ter essa resposta em algum momento. Sr. Sandro - Eu corroboro também com a colocação do Miguel e do Nunes, com relação ao Quaresma,mas quero parabenizar a Denise pela a apresentação, mas algumas dúvidas que acho que os números não mostram, algumas dúvidas pairam no ar. Por exemplo, uma dúvida que eu tenho, temos falado bastante, aqui, sobre o auxílio aluguel, quantas pessoas, no município, hoje, tem auxílio aluguel? A outra, em relação às metas, em 2015 a meta, da gestão daquela época, eram 55.000, desses 55.000 quantos foram atingidos? Acho que isso é importante para sabermos. E, na época, qual que era do déficit habitacional? Que é diferente de hoje, me parece que aumentou, por que é isso, tem-se produzido e o déficit não diminui. Curiosamente, percebemos na sua apresentação, que boa parte dessas produções é Minha Casa Minha Vida. E aí uma outra dúvida, do município, recursos do município, terreno do município, quanto? E PPP? As PPPs, o Alex deu informe atual, são 13.000, Alex? Pelo que você falou, agora, que foi contratado? Sr. Alexsandro - Foram 12 lotes, o primeiro lote, a primeira licitação, foram 6 lotes homologados, até agora. Totalizam 13.180 unidades. Das 24 mil previstas. Sr. Sandro - 24 mil previstas. Sr. Alexsandro - 24 mil previstas dos 12 lotes, só 6 lotes foram contemplados, por enquanto. Sr. Sandro - O contemplado é o que está contratado, é isso? Sr. Alexsandro - Não, nós estamos em trâmite, no rito, para contratar 13.180. Foi homologado no sábado passado agora, ninguém interpôs recurso, então nós vamos seguir o trâmite, agora para assinar os contratos, dessas 13.180. E com os terrenos remanescentes nós vamos lançar, futuramente, uma nova PPP. Sr. Sandro - Vocês apresentam, aqui no Conselho, para sabermos? Sr. Alexsandro - Sim, antes, sem problema. Sr. Sandro - O projeto e também as áreas que serão construídas as PPPs. Sr. Alexsandro - Sim, sim. Ótimo. Sr. Sandro -Olha só. E aí, 2018, 19, enfim, a atual gestão, a meta de 25 mil, então, acho que são essas dúvidas. E, também, desses 25 mil o que é que já foi atingido, o que é que não foi atingido, alguns dados estão ali, mas outros não estão explícitos. Por fim uma última pergunta, teria várias outras, mas não quero monopolizar a fala. Quais os critérios para essa vinculação da demanda?. Sr. Manoel - Duas dúvidas que eu queria tirar aqui, sobre a questão desse quadro, aqui, Obras iniciadas em 2018, se está iniciado, aqui também consta como empreendimento da COHAB, porque temos um empreendimento, queria saber só se está dentro, esse quadro está dentro dos recursos da COHAB. Porque nós temos a favela Jacaraípe, vai iniciar uma obra, está previsto para iniciar uma obra, queria saber se está dentro desse quadro aqui. A outra questão que também foi apresentada aqui, é só para esclarecimento para mim, quando fala de urbanização, é urbanização do quê? É de favela, é de mutirões. Sra. Denise - Então, primeiro, em relação ao período que foi solicitado, aqui, de 90 dias. Realmente, houve uma solicitação de 90 dias para apresentar a questão da vinculação. Nesse período não conseguimos fazer isso, o que nós conseguimos fazer, foi aonde chegamos hoje, e a previsão da continuidade do trabalho. Então, a equipe técnica tem uma limitação, identificação disso nos sistemas não é fácil, é um banco de dados enorme, isso tem que ter muito cuidado, de agregarmos essas informações. Nós tivemos que fazer um levantamento histórico, também. Então, só posso dizer, é o que conseguimos, infelizmente, chegar nesse ponto hoje. Em relação às questões, nós não estamos aqui fazendo comparação entre programas de metas de gestões. Só estamos apresentando que na gestão passada se trabalhou com diversas expectativas futuras de projeções, inclusive de terrenos que ainda estavam em prospecção, num determinado número de unidades, e esse universo é o que foi trabalhado, inclusive para indicações de possibilidade de vinculação de demanda. Então, é isso. Da gestão atual, que tem o programa de metas de 25 mil, o programa de metas foi apresentado, aqui. Na apresentação nós já indicamos quais foram concluídas no período, quais estão em andamento, quais estão em projeto, em diversas etapas, isso está disponível no site do CMH. Os critérios de vinculação de demanda, nós temos várias demandas que já estão automaticamente enquadradas em determinados critérios, dependendo do programa onde elas se

autenticidade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 23 de março de 2019 às 01:50:46.

inserem, então o critério já é pré-estabelecido. Para as demandas que dizemos aberta, onde nós teríamos 50% para indicar, ela segue os critérios já estabelecidos da SEHAB que estão sofrendo agora uma avaliação de revisão que vai ser apresentado, isso está no jurídico, eles estão levantando e estudando, justamente para unificar tanto a portaria 131 que foi discutida e debatida aqui, com os critérios de indicação de demanda, para não termos dois instrumentos diferentes para trabalhar, quer dizer, unificaríamos num critério só. A outra questão, auxílio aluguel, o auxílio aluguel, hoje, a Irene me colocou aqui, que é ela que acompanha a relação de pagamentos, inclusive. Ela me disse, hoje, estão sendo pagos, que é o controle que ela tem, certa de 26.000 famílias, porque já tiveram de diversos atendimentos habitacionais feitos, agora, nesse período, que já reduziram o auxílio e tem outros tantos, também, para entrarem em auxílio. Então, quer dizer, é uma coisa que, você vai tendo que viabilizar frente de obra e vai tendo que reavaliar. A questão do Jacaraípe eu não tenho certeza se o Jacaraípe já está incluído, aí nós precisaríamos consultar, retornamos essa informação. A urbanização que se refere ali, é a urbanização dos assentamentos precários. Então, é toda a produção habitacional que é feita numa urbanização de uma comunidade de um assentamento precário. Então nós removemos as famílias para poder fazer a infraestrutura e atendemos essas famílias que foram removidas com habitações produzidas pela própria habitação, com recursos da própria habitação, ou recursos vinculados a PAC. Então são, já, também, demandas vinculadas aquele assentamento precário. E, quanto a recursos de produção habitacional, a produção habitacional, também, hoje, até hoje, ela está muito fortemente amparada em recursos externos, porque nós temos recursos disponíveis, por exemplo, para aquisição de terrenos ou aquisição de imóveis, do FUNDURB, mas que não podem ser usados para produção. Nós temos recursos do Fundo Municipal de Saneamento que são utilizados para produção habitacional relacionados a áreas que estão sendo saneadas ou urbanizadas. Então, recursos, hoje, para produção, para demanda não vinculada a algum programa de intervenção, nós não temos, dependemos de recursos externos. Uma outra questão importante, também, quando se fala em vinculação de demanda, o mais importante, essa demanda está enquadrada em qual programa. Então, a primeira questão é, em qual programa determinada demanda foi enquadrada. Ela é oriunda de uma área de assentamento precário que eu estou urbanizando? Ela é oriunda de um programa de drenagem que tem recursos federais e que há um deslocamento involuntário, daquelas famílias, para fazer a obra de infraestrutura? Ela é uma demanda de uma área de risco que também está enquadrada num programa de recurso federal? Ela é uma demanda que já está recebendo recurso do COHU, mas ela tem uma área de assentamento precário que vai ser também urbanizada junto? É uma demanda de população de rua que tem empreendimentos de locação social destinados? Então, isso é importante. Precisamos mapear, tudo isso, para fazer esse trabalho. E esse trabalho, é o trabalho que vai ser apresentado e que vai ser feito. Não só as demandas já identificadas, como as demandas que estão, identificadas que eu digo, em algum plano de reassentamento feito, assim como as demandas, que no período, também, estão nas nossas diretorias de trabalho social, registradas, para atendimento definitivo. Sr. José André - Na verdade, se colocou aqui a caixa preta, na sala. Por que isso. Não foi cumprida a ata que nós aqui aprovamos, por quê? Nós estamos entrando aqui numa armadilha. É um show de números. Aqui, o Power Point comendo solto. O que as pessoas querem saber, que estão vindo até aqui, e vários empreendimentos pediram para ser incluídos, é o seguinte, são as entidades que sumiram do sistema, então nós precisamos dar nome a esses empreendimentos que precisam ser atendidos. O primeiro foi o Quaresma, então nós precisamos aqui ter correspondência daquilo que está na ata aprovada. Segunda coisa, aqui, foi passada uma apostila, mas infelizmente não colocaram, aqui, a numeração das folhas. Então está difícil para fazer as perguntas, mas tentarei ser breve para algumas perguntas. Aqui, a questão sobre a vinculação da demanda de 2019, aqui tem um trecho colocado aqui, em obras, mas qual a fase dessas obras? Obras paralisadas, por que essas obras estão paralisadas? Qual o motivo? O porquê? E qual a previsão para solucionar esses problemas dessas obras paralisadas? Outra questão, também, que foi comentada, aqui, eu também ratifico as palavras dos outros conselheiros que me antecederam, a questão de 2015, quais os empreendimentos, com nome, que foram entregues em 2015? Qual a situação das obras? Qual a fase? Qual a previsão para entrega desses empreendimentos? Por que, aqui, volto a dizer, aqui, foi colocado aqui pela Márcia, pela Denise, 90 dias, e eu peço que tudo que for prometido aqui, tenha prazo, por que, aqui, nós temos um município, um representante de uma associação, que veio aqui questionar. Então nós temos que ter prazo. Por quê? Ela vai voltar para a comunidade dela. Que dia que ela vai voltar aqui? Que dia que ela vai cobrar? Como que ela vai fiscalizar, na próxima ata, se aqui não tem o nome das entidades, dos empreendimentos. Sr. João Farias – Antes de passar para a Denise, eu queria, até porque nós estamos, meio que num processo de conhecimento e vamos durante muito tempo estar juntos, nós precisamos de ter algumas coisas muito claras, entre nós, até para termos uma ótima convivência. Não existe caixa preta na Secretaria Municipal de Habitação e em nenhum órgão do Prefeito Bruno Covas. Então, se tem alguma informação que não foi dada ou que não está aqui, ou ela não foi dada, porque ela não foi pedida ou ela não foi dada porque cometemos um erro, não teve tempo de fazer, e errar faz parte da atividade humana. O que não se pode achar é que as pessoas fazem de má fé. Então, José, eu recebo as suas críticas de forma positiva, mas queria deixar muito claro para você, de que não existe nada, definitivamente nada, seja na COHAB ou na Secretaria Municipal de Habitação que você ou qualquer outro municipe de São Paulo não possa saber. E aí, falo isso aqui, com muita tranquilidade, até porque aprendi que não é não, sim é sim, se pode, pode, se não pode, não pode. Então, não tem motivo para enrolar e não tem motivo para esconder, se você tem alguma dúvida, te peço aqui, trocarmos telefone, e-mail, você pode me encaminhar todas elas. As que eu não puder te responder, eu falo, eu não posso te responder, por isso, por isso e por isso. Para estabelecermos entre nós uma relação, acima de tudo, de muita confiança e transparência. Segundo, eu queria, aqui, pedir desculpas pela Secretaria de Habitação não ter conseguido cumprir o prazo estabelecido, mas parabenizar muito a Denise e a equipe dela que fez um levantamento que não é fácil de ser feito. Esses números que a Denise levanta, hoje, aqui, trazem, por mais que eles possam não estar completos, eles já são extremamente importantes. E vão estar completos, porque a nós da Habitação e da COHAB interessa demais, esses números, até para termos um planejamento mais claro, do trabalho da COHAB e da Secretaria para o futuro. Veja, em que pese nós estarmos no segundo ano do governo municipal, nós temos dois entes federativos que começaram a gestão agora, que é o governo estadual, que inclusive o Fernando está aqui representando a secretaria estadual como Secretário Executivo, e o governo federal que tem papel estratégico no que diz respeito a soluções de demanda na área de habitacional, e de que para nós vai ser fundamental uma parceria, uma relação cada vez mais estreita. Eu não tenho dúvida nenhuma, de que a meta que nós estamos apresentando hoje, que é diferente da meta passada, é a meta real, dentro da atual conjuntura habitacional do Brasil, não é só de São Paulo. Nós temos a certeza absoluta, pelo que está em andamento, que nós vamos conseguir atingir a meta de 25.000 unidades até 2020, que é um número baixo. Reconhecemos que é um número baixo, que ele está muito aquém da perspectiva e da necessidade de São Paulo, mas ao mesmo tempo, temos a expectativa de tanto com o governo estadual, quanto com o governo federal, quanto com a parceria das PPPs que vão continuar acontecendo e evoluindo que esse número possa aumentar, porém o número apresentado de meta, hoje, é um número factível, tendo em vista, inclusive, as obras que já estão em andamento. Então, eu queria, também, aproveitar para assumir um compromisso com vocês, de junto com a Denise, com a Diretoria Social e a Diretoria de Obras, numa próxima reunião, podemos ter detalhado todas essas dúvidas que foram levantadas aqui, como o número de pessoas que foram atendidas nos últimos anos, qual o número real de pessoas que estão na fila de habitação e a qual programa elas pertencem, porque isso também é fundamental e qual o prazo previsto da entrega das obras que estão em andamento ou para acontecer. Por que, repito, não tem caixa preta, e se tem alguém que tem que ter informação e saber o que está acontecendo, é o Conselho Municipal que tem um papel fundamental na elaboração das políticas públicas habitacionais e tem por parte do governo reconhecimento da legitimidade e importância dele. Então, eu queria que as nossas reuniões, tratássemos com esse espírito, porque se tratarmos com esse espírito, toda a crítica vai ser bem-vinda, toda a observação vai ser importante, toda a sugestão será positiva, porque nós entendemos o papel de cada um e óbvio, que o governo infelizmente não vai conseguir suprir todas as expectativas, até porque o João Bosco tem razão, nós vivemos um momento de indefinição da política habitacional brasileira, nós tivemos um momento positivo, principalmente com o lançamento, no início do Minha Casa Minha Vida, e toda a perspectiva que ele trouxe. E, configura um novo cenário, mas que também ainda não sabemos qual é, nós estamos tentando descobrir. Então, é isso. Desculpa eu ter-me estendido um pouco, é só para podermos tentar ter entre nós uma relação muito verdadeira, sincera, honesta, porque esse é o nosso intuito, aqui. Não trabalha aqui, todo dia, com a perspectiva de ficar caçando forma de omitir problema. Todos os problemas que tiverem, vamos discutir com vocês, e se não acharmos solução junto, ó, o que não tem solução, deixa de lado. Vamos trabalhar em cima do que tem solução. Aquele velho ditado, não podemos fazer tudo, mas não vamos deixar de fazer tudo que pudermos. Sr. Alexsandro - Só para colaborar, aí. Muitos conselheiros, aqui, já tiveram, inclusive, reuniões comigo, lá, e eu atendo todo mundo, a qualquer momento. Tanto a SEHAB quanto a COHAB é totalmente transparente, nós três, aqui, somos totalmente acessíveis a qualquer momento, inclusive, alguns aqui tem até meu celular. E com relação à obra parada, uma ou outra, eventualmente isso pode ocorrer por questões contratuais, a empresa quebra, você tem que licitar de novo, então não é culpa do município. Muitas empresas mergulham no preço e não dão conta de entregar, isso acaba atrasando, isso não é uma questão, não tem como culpar o Bruno Covas, Prefeito, ou o Secretário ou o Presidente. Teria não fizéssemos nada, então nós temos que ir para cima, penalizar e fazer outra licitação, que leva tempo, tem recursos e tudo mais. E nós já estamos em tratativas com o governo do estado, tanto eu como o Secretário Aloisio já estivemos com o Flávio Amary. Eu estive lá, ontem, com ele. Já estamos montando uma ideia para fazermos um plano de ação. Então o que o Secretário falou, nós temos transparência total, não tem por que esconder número. Aliás, número, nos favorece, quanto mais números tiver, mais nós vamos atuar, e entregar. Sr. João Farias – Obrigado. Sr. Alexandre - No finalzinho da apresentação a Denise me deixou um pouco preocupado. E depois na fala, ela disse que não estava aqui para apresentar plano de metas, mas no material que está aqui, sempre fala da meta anterior que era 55 mil unidades, que não foi cumprido, isso fica bem claro, em todas as reuniões que nós vamos já passou a gestão, faz tempo, e continua falando da gestão passada. Queria saber, no finalzinho ela disse que, vai depender do Minha Casa Minha Vida, do governo federal. Queremos saber se então se esse governo, na sua propaganda política, que não teve, não prometeu fazer, não prometeu nada para a habitação, se a COHAB vai dar andamento nesse processo que foi apresentado aí, porque ficamos preocupados. A COHAB vai parar de produzir, vai ficar fechada? Como é que vai ficar? Outra coisa, eu sei que para agora não dá, mas para a próxima reunião vê se consegue apresentar para nós, um levantamento, quanto que está se consumindo desse orçamento para auxílio moradia, porque do tempo que vem pagando auxílio moradia, já dava para ter construído habitação e não estávamos aqui debatendo esse assunto, estávamos diminuindo déficit, pelo contrário, está aumentando. Ano passado teve uma reintegração de posse que até me abismou, porque era uma área particular e a COHAB fez a reintegração, a COHAB ou SEHAB, fica lá na antiga padaria Maia, na Salim Maluf com a Vila Ema. Teve a reintegração de posse, foi oferecido auxílio moradia para 115 famílias, que não receberam até ao mês passado, está começando a sair agora, esse auxílio moradia, está sendo restabelecido que tirou o pessoal, fez o primeiro pagamento e depois não fez mais. Mais 115 famílias entrando dentro desse orçamento, então vemos que só aumenta, nunca tem uma, chegar aqui e ter uma política para dizer, acabamos com o auxílio moradia, estamos dando moradia definitiva. Bom é isso. Aguardar para ter a possibilidade de saber, a transparência, ver quanto é de fato que é usado para esse auxílio moradia, ao invés de estar construindo habitação definitiva. Sr. Alexsandro - Deixa eu responder pela COHAB, rapidinho. Com relação ao que você comentou da COHAB, o Secretário, aqui, já mencionou que o governo federal ainda está resolvendo a política habitacional, deles lá. Independentemente disso, nós já temos posturas aqui, estamos produzindo. COHAB junto com o SEHAB, está em produção, hoje, 19.000 unidades, depois ela pode detalhar melhor a entrega, quando vai ficar pronto ou não. E a COHAB em nenhum momento ficou parada e não vai ficar parada, em conjunto com a SEHAB, nós vamos fazer tudo que é possível, independente do governo federal. Estamos já alinhados com o governo do estado, como eu falei agora a pouco, e COHAB não está parada como você mencionou, nós publicamos, no sábado, 13.180 unidades habitacionais, nos terrenos da COHAB, isso tudo em conjunto com a SEHAB, sempre. Em dois anos, nós entregamos já 4.800 unidades e está em produção 19.000 unidades, nós vamos passar da meta. Com a PPP, nós vamos atingir 40 mil unidades, mais de 40 mil, e com os outros lotes da COHAB, nós vamos passar de 60 mil unidades. Isso, num horizonte curto. Então, só para te dizer que não tem nada parado, pelo contrário, nós trabalhamos aqui, dia e noite, 24 horas, pela população. Sr. Alexandre - Se voltar fala lá, está gravado, eu não falei que está parado. Perguntei, se não estiver recurso federal, se vai ficar parado. Não falei que está parado. Sr. Alexsandro - Não, não, de jeito nenhum. Recurso federal é muito importante, é óbvio, o programa habitacional nacional é fundamental para nós aumentarmos a nossa produção. Agora, nós não vamos ficar parados de jeito nenhum. Tanto é que não estamos. Só para descontrair um pouco, pedir licença para todo mundo, tem um diretor nosso, hoje que faz aniversário, que é o Iapequino. O Iapequino, faz aniversário, o nosso Diretor de Patrimônio, e ele que foi o pai da PPP, lá na COHAB, que parou de pé, tanto que saiu, milhares de unidades, então queria bater uma salva de palmas para o Iapequino, meus parabéns. Sr. João Farias – Eu não sabia, mas tem um monte de gente fazendo aniversário, hoje. O Carlos Silva está fazendo aniversário, hoje. O nosso Marson também está fazendo aniversário, hoje, da Caixa Econômica Federal. E vocês vêm como a vida é dura, tem três aniversariantes e não tem nem uma cereja. Sra. Verônica - Boa tarde Secretário, eu me chamo Verônica Kroll, sou da entidade Fórum de Cortiços e Sem-Teto de São Paulo, filiado ao MOHAB. Eu já fui conselheira duas vezes, deste Conselho, terminei meu mandato no Conselho, ano passado. E, tenho dois empreendimentos na zona leste, Minha Casa Minha Vida, 1, do qual foram entregues 200 unidades, em setembro, do qual tinha 20.000 por unidade, daqui, do município de São Paulo, e 20.000 do estado, e o restante do governo federal. Também temos uma obra parada, que o pessoal da COHAB que está ali, a Juliana e mais o companheiro, sabe da estória. Nós acabamos de, estamos terminando de construir o muro, do qual, foi aprovado, aqui, pelo Conselho, 615.000, 00 Reais, o Subprefeito de Guaianases tem nos ajudado muito, e ainda não terminamos tudo, porque ele está por nós lá. Então sabemos das dificuldades que tem. Então, assim, essas unidades que fazemos, que entregamos, Denise, entra nessa contabilidade, também? Essa é a minha pergunta. Estamos pedindo ajuda para o Secretário, para terminar o São Francisco temos outras obras para iniciar, estamos terminando outra obra aqui no centro, 278 apartamentos, 15 andares, isto conta, não conta? Então, é isso que ficamos perguntando, sabe Secretário. Na verdade, quantas unidades, do locação social, que foi uma luta, minha, intensa, para poder ter a locação social, para os moradores de rua. Eu quero dizer uma coisa assim, Secretário, de coração, se pegar todas essas locações social e colocar e todas as famílias que hoje vivem na rua de São Paulo, para morar, eu ficaria muito feliz. Porque é muito triste passarmos embaixo do viaduto e ver uma família inteira, com criança, com tudo, isso foi uma luta minha. A mesma coisa a Bolsa Família que era na época locação social, também, o aluguel, que era uma proposta para atender esse tipo de população, para tirar as famílias debaixo do viaduto, para tirar a família da rua, para atender um despejo, um fogo, um desabamento. Então, o aluguel era para essa situação, e depois, nos anos, do outro Prefeito, atrás, que eu não quero falar nome, virou a casa da mãe joana, todo mundo no aluguel, pessoal estava lá no Ceará, na Bahia, recebia aluguel em São Paulo, e nós lutando aqui, feitos uns condenados. Então, eu fico muito triste, quando eu vejo uma proposta, que a Denise sabe, que brigamos muito para implantar no Estado, para poder ter aqui no Município, que no Estado não conseguimos, então, é isso que quero dizer, Secretário, estamos aqui abertos, de coração aberto, conselheiro ou não, para buscar solução para a moradia de São Paulo. Eu sou uma pessoa que se tiver um parceiro amigo, eu construo muitas unidades, como já construí. Já perdi as contas, estou chegando aos meus 60 anos de idade, comecei a minha militância com 21, Secretário, eu já não sei quantas pessoas eu coloquei dentro de uma casa, com muita luta. Então, essa é a minha proposta, a Denise me conhece, sabe da minha proposta, quero que se faça assim. Por que, Secretário, eu disse uma vez para o Mário Covas, que ele falou assim, eu vou fazer 15.000 unidades no centro, eu disse, governador, faça 5, mas faça. Entendeu, essas 25 mil, se realmente vai fazer, Secretário, vamos fazer. Aí, no próximo passo, vamos ver as outras metas. Eu acho que temos que dar os passos conforme as calças. Essa é a verdade, obrigada. Sr. Alexsandro - Verônica, parabéns pelas palavras, você sempre atuante, e só para esclarecer, o Prefeito nos cobra, diariamente, atenção com as pessoas. Diariamente, ele criou os CTAs, acolhendo os moradores de rua, eles são abordados, muitos deles não querem ir para os CTAs, eles querem ficar na rua, a Prefeitura faz o trabalho, eu já acompanhei isso, sou testemunha, eles não querem sair de lá. A Prefeitura fez mais, fez os CTAs com local para cachorro, muito legal, tem ração, é muito bacana, vão conhecer, vão conhecer os CTAs. É muito bacana. É primeiro mundo. É tudo organizado, eles não querem ir. Fazemos de tudo para eles irem e os que conseguimos recuperar agora, o PopRua, nós vamos entregar 34 unidades, nos próximos dias, o Prefeito vai entregar, A COHAB cedeu para ele, a COHAB reformou, a SEHAB organizou a demanda junto com a Secretaria de Assistência Social, então, nós vamos entregar em breve um novo piloto desse assunto. E, a locação social funciona quando são equipamentos pequenos, os grandes não funcionam. Não dá certo. E essas 25.000 unidades, Verônica, estão em construção, estão em andamento, já entregamos 4.700, 4.800 praticamente. Tem 19 em construção, vamos passar das 25 mil. Não é que nós vamos pensar como fazer, e de onde tirar o recurso, isso está sendo construído, nós estamos sentados aqui e tem gente colocando bloco lá. Amanhã, 6 horas da manhã o pessoal começa a botar bloco. Isso está acontecendo, não é sonho. Então, nós vamos ultrapassar esses 25.000 com muito orgulho e cobrança diária do Prefeito Bruno Covas em cima de nós, do Secretário João e de mim. Então, nós estamos aqui para fazer isso. Obrigado. Sr. João Farias – E todas elas contam, viu Verônica, seja habitação vinculada com entidades, seja do PAC, seja aberta, é a soma de todas para chegar ao número de casas entregues para atingir a meta, enfim, é a soma de todas elas. Sr. Darcy - Boa tarde, eu sou suplente Fórum dos Cortiços e também sou coordenador, participo também do movimento nacional da população em situação de rua. O que eu queria entender aqui, que nós temos aqui duas linhas, do vínculo de demandas da situação de 2019, que é a demanda, uma demanda aberta e uma demanda vinculada que o total de unidades é de 602 de novos empreendimentos da demanda aberta e a demanda vinculada é de 511 unidades e um empreendimento. Queria entender um pouco qual que é a diferença e o público alvo. E, também, aqui, gostei muito da fala da Verônica. A Verônica sempre nossa parceira, antes de sermos conselheiros, já tinha um GT aqui de habitação para a população em situação de rua. Depois esse GT foi desativado, porque tinhamos o empreendimento Asdrúbal do Nascimento é uma conquista do movimento social, principalmente da população em situação de rua, que há 5 anos vem pleiteando o direito de morar dignamente. E concentramos todos os nossos esforços no Asdrúbal do Nascimento, e nessa gestão que fez muito bem, que está de parabéns por isso, o primeiro empreendimento para a população em situação de rua, na cidade de São Paulo. Tinhamos uma demanda desde 2013, de duas mil habitações para ser entregues em quatro anos e não conseguimos entrar um apartamento se quer, para a população em situação de rua, não foi fácil, os enfrentamentos que nós tivemos, para que conseguíssemos agora, nessa gestão, com essa participação que está tendo, de conseguirmos hoje, que é um modelo de habitação para a população de situação de rua. E eu gostaria muito, também, na inauguração, na entrega desse empreendimento o movimento social, que sempre lutou, pudesse estar presente e que não fosse excluído, pois foi uma luta que fizemos juntos e construímos tudo isso juntos. Eu queria entender um pouco melhor o que seria, essa demanda aberta e essa demanda vinculada. Sra. Denise - Falo, só está pondo aqui o quadro, de novo. Aqui, na verdade, ela tem essa demanda aberta aqui, ficou mal expressado, mesmo, esse primeiro bloco das 602 unidades, na verdade, é o locação social que está naquele pedido do recurso do FNHIS, que é para a população de rua, é aberta, mas é para um cadastro específico, é aberta, porque não temos ainda um cadastro vinculado, mas é um cadastro específico de população de rua. Aí, melhoraremos, também, essa descrição ali, para poder abordar melhor. Então, é uma demanda aberta, só que esse aqui são os empreendimentos que estão no FNHIS, que estão solicitando recursos no FNHIS. Essa demanda vinculada são outros empreendimentos que não são para a população de rua, mas são outras demandas que não população de rua, então é vinculada a outra parte de demanda, mas também é locação social. Aí, acho que ficou faltando demanda aberta, população de rua, precisa completar, ali. Sra. Antônia - Boa tarde a todos, Secretário Adjunto João Farias, assumindo, agora, a coordenação do Conselho, e a minha fala vai ser para o senhor e para o Sr. Alexsandro Peixe que também faz parte, ele não está aqui, ele saiu, mas de algumas de nossas solicitações do votos, que foram colocados, e vai ter que ser SEHAB, COHAB, juntos, para tentar resolver. Uma delas é sobre a ocupação São João, que foi objeto de decreto de interesse social, associação ganhou, a associação Portal da Juta ganhou esse empreendimento para as famílias, mas, por algum motivo, foi retirado do chamamento com uma alegação, da qual não concordamos, que a responsabilidade seja da associação. Não foi um erro da associação, foi um erro da COHAB e já foi emitido um ofício para uma resposta da COHAB e até agora não veio resultado, não veio a resposta. Já é a terceira reunião que estamos tendo e que não há uma devolutiva, viu João. É claro que você vai ter que se inteirar, se familiarizar com todas as nossas demandas, com todas as nossas solicitações de voto para que aconteça uma devolutiva, provavelmente, na próxima reunião do Conselho. Nós tivemos cerca de oito solicitações de voto, no dia 25 de Outubro incluindo Quaresma, São João e outras mais. Algumas podem ser resolvidas lá. Votação do Quaresma foi feita nesse dia, da São João emitiram ofício para a COHAB, entre outros. Mas, na verdade, eu não vou, aqui, agora, ser individualista, falar de um assunto só, na verdade, queremos que o senhor, que é nosso novo coordenador, Sr. João Farias – Você, Sra. Antônia - Isso, leia a ata do dia 25 e as outras que foram seguindo, e traga uma devolutiva, para nós, na próxima reunião do Conselho. Isso é importante, todo mundo colocou situações, sobre os votos, como que vamos resolver, se é a solução ou não, o senhor acabou de falar, o que não tiver solução, vamos jogar para lá, não queremos isso. Queremos que tudo tenha solução, aqui, mesmo que morosamente, mesmo que a tenhamos que se encontrar, como o Presidente falou, que vocês recebem todo mundo, que conversam com todo mundo, mas a verdade é que nós estamos insatisfeitos com essa situação de solicitações de votos, e não estamos vendo nenhuma devolutiva, que realmente possa satisfazer, ou realmente fazer valer o que nós estamos fazendo aqui, e nós estamos preocupados, que este Conselho não está mais fazendo o papel dele, dentro desse processo. Sra. Antônia - Que você faça fazer valer, realmente, aquilo que nos propusemos a vir fazer, claro que as discussões são necessárias, é discutir aqui a política de habitação, mas também precisamos viabilizar e vocês darem uma devolutiva daquilo que estamos votando aqui. Sra. Ana - Só a título de esclarecimento, dentro disso que a Antônia colocou, os movimentos populares fizeram uma série de solicitações de voto para a reunião de 25 de outubro. Todos esses votos que até agora não foram respondidos, não entraram na reunião de dezembro, não estão entrando agora, porque essa é uma reunião extraordinária, para cada um deles, eu abri um processo SEI, que está circulando dentro, ou da Secretaria, ou da COHAB, para que eles se manifestem a respeito e seja exatamente isso que você está falando, trazer uma devolutiva, quais foram as manifestações, quais são as orientações a respeito. Eu tenho um controle total, deles, aonde é que eles estão, tem três deles que estão na COHAB, que esse, da Av. São João, é um deles, e que nós estamos aguardando as respostas, e tão logo venham as respostas, nós traremos as respostas nas reuniões do Conselho. Só para vocês terem a noção de que está tudo organizado, não está perdido por aí, não. Sr. João Farias – Bom, a Ana já acabou respondendo uma parte por mim, mas de qualquer maneira quero informar a Antônia que eu também vou tomar conhecimento pessoalmente das declarações de voto, e acompanhar de perto. Porque repito, vamos dar todas as respostas que forem necessárias e feitas tanto para a Secretaria, quanto para a COHAB. Dizer para dizer vocês que nós também temos um certo incomodo e uma preocupação em relação ao custo que o auxílio aluguel hoje traz para os cofres da Secretaria Municipal de Habitação. É evidente que não se trata aqui de discutir se ele é importante ou não, trata de entender que hoje ele compromete sensivelmente a capacidade da Secretaria de investir em construção e moradia popular. Para isso, estamos num processo de estudo para conseguir enxergar melhor quem, como e por que recebem o auxílio aluguel hoje, com a intenção que nós consigamos diminuir de forma substancial o que se gasta hoje com o auxílio aluguel, para que esse recurso possa ser destinado para aquilo que é fundamental, que é você fomentar a construção de novas unidades habitacionais. O que eu peço a vocês é um pouco de paciência, porque é um trabalho que tem que ser feito de forma muito criteriosa, até para que você não cometa nenhuma injustiça, porque nós estamos partindo do princípio de quem recebe o auxílio é porque literalmente necessita dele por várias circunstâncias, por ter sido vítima de desapropriação, de uma área que possa ter desabado, o barraco caiu. Enfim, temos várias circunstâncias que fazem com que a família receba, é por uma determinação judicial. Então está sendo feito um trabalho minucioso para identificarmos melhor esses cuase 12 milhões de reais por mês que se gasta com auxílio aluguel. Porque perguntaram, então já estou passando o valor, não é exato, mas é nessa faixa. E estamos atendendo em média de 26 a 30 mil famílias, tem uma variação por conta de algumas que são contempladas em programa, outras que entram a partir de nova decisão judicial, que também é um problema, decisão judicial não se discute, se cumpre, mas algumas são passíveis de questionamento, porque tem algumas coisas que são meio aberração, mas enfim, não é o caso de tratarmos nesse momento aqui. É dizer para vocês que nós vamos buscar na próxima reunião do Conselho trazer resposta para todos questionamentos que apareceram nesta reunião. E como é a minha primeira, eu pergunto para Ana como que encerro, se alguém tem alguma coisa para falar, se podemos encerrar. Enfim, estou meio perdido ainda. Pois não, Antônia. Sra. Antônia - Só uma questão, nós estamos colocando nessas resoluções que foram votadas, que queremos resposta, mas também Secretário, têm outras resoluções que estão pendentes para serem votadas. Então aqui eu proponho que consigamos ter resposta dessa, voltar as que estão pendentes ainda, que não entrou ainda para votação, para que consigamos fazer um trabalho consequência a isso. Se não, vai ficar com bastante coisa pendente, que não seja só votação da Secretaria do Governo, que esteja intercalado então um pouco dos Movimentos Populares, um pouco da Secretaria, para que não vote só coisa da Secretaria e também não vote só Movimento, que seja intercalado, mas que consigamos rever essa resolução que ficou pendente do ano passado, que sabemos que tem ainda, para que venhamos trazer isso para próxima votação do Conselho. Sr. João Farias - Alguém tem mais algum assunto geral para falar? Então vou matar saudade da época que eu era vereador. Não tendo mais nada a tratar, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão. Obrigado, boa tarde a todos, boa semana.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5° Andar de 2 ª a 6° feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/ Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/VOD.	NE
AJ DISTR DE MED EIRELI EPP	6210.2019/0000877-5 – ATA DE SP 021/18-HSPM	960
O'ADN COM DE AST VED LTDA EPP	6210.2018/0008445-3 – DISPENSA	961
SCROMED MARBLA LTDA	6210.2018/0008445-3 – DISPENSA	962
VOLPI DISTR DE DROGAS EIRELI	6210.2018/0008319-8 – DISPENSA	964
E C DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI	6210.2018/0006578-5 – DISPENSA	966
O REZZON COMERCIAL EIRELI ME	6210.2019/0001145-8 – ATA DE SP 121/18-SMS.G	976
CERTAME COMERCIAL EIRELI	6210.2019/0001193-8 – ATA DE SP 039/19-SMS.G	979
CIR FERNANDES COM DE MAT CIR E HCSP SOC LTDA	6210.2018/0008229-9 – DISPENSA	981
CRISTALIA PROD QUIM FARMAC LTDA	6210.2019/0001243-8 – ATA DE SP 094/18-SMS.G	984
CIR FERNANDES COM DE MAT CIR E HCSP SOC LTDA	6210.2018/0007233-1 – DISPENSA	986
CIR FERNANDES COM DE MAT CIR E HCSP SOC LTDA	6210.2019/0002278-5 – DISPENSA	989
LIBEMA PROD HCSP LTDA	6210.2019/0000486-9 – DISPENSA	993

autenticidade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 23 de março de 2019 às 01:50:46.